Entrevista:

Kabengele Munanga[1]: "África e Imagens de África"

SANKOFA: Professor Kabengele Munanga, muito obrigado pela sua presença. Temos aqui três blocos de questões: a) sobre a África e os estudos de África; b) sobre os estudos de África no Brasil; c) sobre educação, África e os afro-descendentes. Começando o 1º bloco temos uma pergunta acerca da importância do saber e do conhecimento africano na época dos movimentos de independência. A geração intelectual que participou dos movimentos de independência nacional na África lutou por um sujeito africano do saber. O Sr. acredita que este é um objetivo alcançável hoje?

MUNANGA: Bom, em primeiro lugar, quando os países africanos tiveram a independência, eles tinham poucos intelectuais. Mas eles tinham uma consciência clara que a construção da África como fonte de conhecimento passava por uma reflexão diferente. Uma reflexão do ponto de vista dos africanos, para romper com uma visão da África que vem do exterior, dos colonizadores e da historiografia oficial. Tarefa difícil, mas eles tinham a consciência de que precisava descolonizar o conhecimento da África. Passaram por várias experiências, mas a experiência da criação, em Paris, da revista *Présence Africaine*, que foi fundado pelo intelectual senegalês Alioune Diop, foi fundamental. Ali os africanos tinham um órgão em que eles tinham a liberdade de se expressar, sem ser obrigados a passar pelo crivo das edições européias, que defendiam uma linha de pensamento que nada tinha a ver com o que eles pensavam sobre a África. Isso foi uma conquista muito grande, uma maneira de se tornar independente em termos de pensamento.

Além disso, muitos estavam preocupados com a questão da construção da identidade africana, que também passa por esta autonomia. Essa identidade enquanto discurso só podia ser construída a partir da visão dos africanos. Então, alguns dos melhores autores que nós temos, como Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e outros, participaram da construção da *Negritude* como movimento intelectual. Esta também era uma maneira de pensar a África do ponto de vista dos africanos. Visava-se construir uma identidade africana, a partir da literatura, da arte, etc...

[1] Kabengele Munanga é professor Titular do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. Entrevista concedida no dia 28/05/2008, Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, São Paulo.

Do ponto de vista da História, os africanos se deram conta que a historiografia oficial contava a história africana do ponto de vista do dominador, do colonizador. Essa história precisava ser repensada a partir da visão africana, pois já havia historiadores para reescrever essa história da África. Isso era algo difícil, pois esta era uma história cheia de lacunas, em que algumas fontes de pesquisa, como a oralidade, não eram utilizadas. Por outro lado, havia algumas documentações perdidas em países europeus e árabes. Mas esta história tinha que ser reescrita, e do ponto de vista dos africanos. Isso é uma busca de autonomia do pensamento e saber. Joseph Ki-Zerbo foi um dos grandes historiadores desta geração que coordenou os volumes da *Historia Geral da África* (UNESCO, 1980-88). Era uma história pensada do ponto de vista dos africanos. Quer dizer, associaram alguns historiadores ocidentais que pensavam como eles, mas era uma história pensada do ponto de vista africano, com o objetivo de fazer da África e dos africanos não apenas objeto da historiografia, mas sujeitos de discurso sobre sua história. Visava também fazer da África e dos africanos sujeitos da sua própria história. Estas são tentativas, experiências, que passam pela autonomia do pensamento. É um ideal a atingir. Um ideal sobre o qual alguns resultados foram obtidos. É claro, houve também uma auto-crítica, na véspera da independência, da antropologia. Pois a antropologia era uma ciência que servia como corpus teórico para legitimar a colonização... Revendo esta posição muitos viram que a antropologia podia ser repensada. Precisava realmente de uma ruptura epistemológica, com as teorias antropológicas comprometidas com a missão do colonizador. Porque a antropologia, como todas as disciplinas, faz parte de um projeto de uma sociedade, e, para essa ruptura, a África precisava ter o seu projeto social. Essa é uma proposta de critica e auto-crítica que não foi totalmente realizada. É um projeto ainda em andamento.

Há ainda a tentativa de construir uma língua própria, na Tanzânia e no Quênia, o suahilí se tornou a segunda língua nacional, porque a língua é o veículo do pensamento autônomo.

Infelizmente com os problemas que os africanos têm em termos políticos, econômicos, prejudicou-se um pouco este ideal. Muitos intelectuais africanos também, por motivos político-ideológicos, tiveram que abandonar seus países e viver nos países ocidentais. Hoje, por exemplo, se você for para os Estados Unidos vai encontrar muitos intelectuais africanos. Isso prejudicou muito esse processo.

Então tudo isso faz parte desse projeto que é alcançável, mas é preciso muita vontade política. Muitos países africanos tem hoje uma certa fragilidade política. Mas eu creio que com a União Africana, que retoma esse projeto da organização continental que não dera certo, pode-se retomar o caminho. Mesmo nós africanos que trabalhamos ainda dentro das ciências ocidentais, no meu caso, que trabalho ainda com antropologia, tenho que fazer uma releitura deste corpus

teórico. Deve-se passar por uma crítica de acordo com nossa própria experiência de vida, porque tem-se experiências intransferíveis, coisa que os outros não podem dizer, porque não passaram por essas experiências. Então o projeto é válido e continuamos até agora. Se você pegar um livro de história de hoje sobre a África, escrita por um historiador africano, a visão é completamente diferente. Eles não repetem os conteúdos da historiografia preconceituosa colonial... Então é um projeto em andamento, mas que ainda não alcançou totalmente seus objetivos.

SANKOFA: Em relação aos aspectos teórico-metodológicos, professor, nesta tentativa de construção de um projeto autônomo do conhecimento sobre a África. O Sr. acredita que um viés antropológico é inevitável para uma sociologia ou mesmo para uma historiografia da África?

MUNANGA: Essa pergunta está um pouco relacionada com a primeira. Porque, para você mudar, na sua postura, nos passos teórico-metodológicos, tem que fazer uma ruptura. Uma ruptura com as propostas teórico-metodológicas herdadas da ciência colonial, pelo menos na área de humanidades, porque essas propostas teórico-metodológicas nasceram num projeto social. Numa visão de mundo, numa África vista do ponto de vista da dominação. Desenvolvia-se de acordo com o interesse dos países que dominavam. Os pesquisadores europeus que trabalharam nessas áreas africanas, se desenvolveram num espaço colonial, e, por isso, até os próprios antropólogos mais famosos dizem que a antropologia é filha do imperialismo. É filha do colonialismo. Ocorre que essa ruptura teórico-metodológica não se pode fazer sem um projeto social. É preciso força e coragem para isto. Só não conseguiu-se fazê-lo porque as pesquisas precisam de investimento. Muitos países africanos passam pela dificuldade da ciência e a pesquisa em seus países terem sido praticamente deixadas de lado. Em outros, alguns intelectuais, por questões político-ideológicas, não tiveram condições para ter liberdade de pensamento. Isso prejudica um pouco a proposta. Agora, o viés antropológico depende de quê antropologia? Se uma antropologia dissociada das propostas ocidentais, tudo bem. Isso é um tanto inevitável hoje. Não dá pra falar da questão do desenvolvimento na África, por exemplo, sem passar pela questão cultural. Não dá pra falar da tradição e da modernidade sem passar pela questão cultural. Então o viés antropológico é sempre presente. Se você entrar hoje na avaliação do processo de desenvolvimento para entender os problemas africanos, por exemplo, o mercado de trabalho, os baixos salários, você tem que passar pela questão da antropologia. Veja às vezes as relações de parentesco interferem... o parente que emprega, você não pode se

revoltar....a empresa é da família. Depois o irmão mais velho pode mais lá dentro...Então é inevitável trabalhar com as questões antropológicas em qualquer questão sobre a África. Questões de desenvolvimento passam pela cultura. Não se pode implantar um projeto de desenvolvimento que encontre barreiras culturais. É como você chegar num país muçulmano na África, e dizer: "olha, vocês tem problemas de proteínas animais então vamos criar porcos porque é mais rápido"... Mas é um projeto inviável. Eles não comem a carne de porco, tem que encontrar outra coisa. Para implantar uma nova tecnologia, tem que ver se eles não tinham uma tecnologia própria. Talvez mais eficaz que a estrangeira. Tem que dominar isto primeiro para fazer novas propostas, senão vai encontrar barreiras. Não se pode destruir a vida de um povo, por exemplo, com uma proposta de desenvolvimento que não respeita a cultura dele. Aí a antropologia é muito importante.

SANKOFA: Neste projeto de saber existe a procura de uma identidade africana. O Sr. mesmo em alguns dos seus ensaios, como *Negritude: usos e sentidos* (1988), fala desta unidade africana. Pois bem, toda identidade pressupõe uma unidade para além da heterogeneidade existente. Do que se trata, para o senhor, nesta identidade africana?

MUNANGA: Os países africanos atuais são heranças da colonização. Os colonialistas, quando fizeram a partilha da África, dividiram o mesmo povo dentro de vários países, assim como juntaram povos diferentes em uma mesma nação. Mas ocorre que estes povos tinham sua identidade própria. Durante a colonização estas identidades não tiveram como se expressar. Por isto, uma vez conquistadas as independências, os países africanos lidam com dois problemas essenciais. O primeiro é pensar uma identidade nacional, uma consciência nacional. O outro é construir esta identidade respeitando a diversidade étnica ali presente, que faz parte da riqueza cultural do seu povo.

O problema é que nós sabemos que muitas destas identidades podem ser manipuladas na luta pelo poder. Por exemplo, muitos dos conflitos que hoje chamam-se de conflitos étnicos na África, do meu ponto de vista, são guerras civis, em que as pessoas manipulam as identidades étnicas ou regionais para ter acesso ao poder. Por isto, para o futuro de um povo, a primeira coisa fundamental é criar uma consciência nacional. Aí, como em toda identidade, se passa por um processo de construção dos discursos. No caso da África, o discurso da *Negritude* ajudou muito na construção das identidades culturais africanas. Por outro lado, no mesmo momento que se luta para construir esta identidade nacional, há de se pensar nas diversidades étnicas e

regionais que lá estão. Então o dilema é como construir uma identidade nacional, sem abrir mão das identidades étnicas e regionais, em uma visão democrática do mundo.

Muitos partidos na África tiveram uma idéia errada sobre isto. Eles partiram do pressuposto que era preciso construir um Estado-Nação, mas devemos partir da idéia de Estados Multinacionais. Nestes, ao mesmo tempo em que se constrói a identidade nacional - que é a unidade a partir daquilo que temos em comum -, se respeita a diversidade e as diferenças fundamentais que caracterizam a África. Isto não é contraditório. Pode-se construir a identidade nacional a partir do que se tem em comum, como a história da colonização, os problemas políticos, etc. E, além do mais, respeitar nossas identidades próprias locais. Isto é o que faz um governo multinacional, em que as diversidades são respeitadas no sistema de poder. Você veja o erro do partido único. Eles favoreceram mais o etnicismo na África do que uma visão multipartidária, em que, numa verdadeira democracia, as diversidades poderiam ser representadas na estrutura do poder e em todos os setores da vida nacional. É neste sentido que eu vejo o problema da identidade na África. Este é um dilema vivo até hoje, porque muitos países africanos querem continuar a trabalhar na construção nacional desde o modelo de Estado-Nação. Eu acho que os países africanos deveriam abandonar esta visão e construir Estados Multinacionais. O que acontece na Espanha, no Canadá, e em outros países? Busca-se Estados Multinacionais. Não sei se a União Africana vai poder ajudar para se chegar a isto, mas esta é uma das grandes dificuldades que se tem hoje na África.

SANKOFA: Pensando-se um pouco sobre a imagem e a relação entre Brasil e África, Prof. Kabengele. Existe hoje um interesse crescente do Brasil pela África. O Sr. pressente algo passageiro neste interesse ou algo contínuo, que pode formar uma nova forma do Brasil ver a África e, portanto, ver a si mesmo?

MUNANGA: Eu não acredito em coisas desinteressadas. Para você estabelecer relações comerciais ou quaisquer outras com outros países, há de se ter relações de interesse. Não vejo nenhum problema nisto. Mas o que eu vejo de diferente é o que eu chamaria de uma psicologia de relacionamento. O Brasil hoje não se relaciona com a África como as antigas metrópoles, que são extremamente prepotentes. O Brasil no atual governo tem uma relação mais de respeito, diria mesmo de solidariedade. Porque apesar de tudo o que se diz, nós temos laços históricos com a África. Nem que seja pela memória dolorosa do tráfico e da escravidão, que faz parte da história. É bom lembrar que o Brasil é um país que foi beneficiado com o tráfico negreiro. Os africanos construíram a base da economia colonial na América, e o Brasil tem muito a dever

neste sentido. Então se pelo menos na maneira de se relacionar com a África, o Brasil se portar com certa solidariedade, não só agora, mas também com o antigo presidente que desculpou a divida de alguns países africanos, como o Moçambique, o que o atual governo também fez em relação a outros, esta é uma atitude de quem reconhece que deve alguma coisa aos países africanos.

Agora, não adianta fazer discurso demagógico de que vai salvar a África. Porque a África não vai ser salva por ninguém a não ser pelos próprios africanos. Mas a solidariedade, mesmo no plano psicológico, é importante. Embora aí tenhamos um problema moral que se coloca, e que eu sempre coloquei. Os que dizem que devemos ser solidários e ajudar a África estão corretos, até porque os africanos não estão recusando nenhuma ajuda. Sobretudo quando esta ajuda vem de alguém que se aproveitou dos africanos no passado escravista. Mas não se pode querer salvar a África de fora e deixar a África de dentro, do próprio Brasil, deixada de lado. Não pode. Isto é imoral! Então se nós queremos salvar a África, vamos começar pela África de dentro. É por isto que algumas políticas, como as políticas de ação afirmativa, são importantes. A política que passa pelo reconhecimento da identidade, por exemplo, da história do negro no ensino médio e fundamental, é fundamental. Ela faz parte deste processo de conhecimento da África.

Eu vejo na diplomacia um pouco disto, que eu chamaria de uma diplomacia com mais sensibilidade na maneira de ver a África. Quando eu vi as últimas viagens do presidente (Lula) à África, em Camarões, com o ministro Celso Amorim e o ministro Gilberto Gil, fiquei contente. Eles dançando com aquelas túnicas, com aquelas roupas africanas, num ritmo africano, aquilo quer dizer alguma coisa... Gilberto Gil faz parte de uma cultura africana e baiana, mas Celso Amorim não, e estava no mesmo ambiente. Então isto eu não vejo como uma coisa provisória. Os interesses estão em jogo, sem dúvida. Mas há também uma solidariedade. O Brasil é um país que pode mostrar uma solidariedade com os países africanos diferentes dos países que colonizaram a África. Mesmo porque o Brasil foi colonizado por um dos países que colonizou a África. Há o interesse, é claro, mas até entre irmãos há interesse. O Brasil vai ajudar sem ganhar nada? Isto não existe.

SANKOFA: Pensemos sobre esta visão da África na área acadêmica hoje, professor. É claro que quando agente pensa a África desde o Brasil, nós tendemos a vê-la de modo enviesado. Aqui, esta visão, direta ou indiretamente, está ligada à busca de uma política de reconhecimento. Isto tende a formar uma visão mais positiva da África. Como é que o sr. vê esta questão? O sr. acredita que é necessário construir uma visão multicultural da África, mais positiva?

MUNANGA: Eu acho que no processo de constituição da identidade nacional no mundo, se colocam as mesmas questões: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? O Brasil é um país que nasceu do encontro das civilizações e culturas, dos indígenas, africanos, portugueses e dos imigrantes europeus e asiáticos, desde fins do século XIX. Na história social de um país você reconstrói sua origem nas raízes formadoras. Isto faz parte desta identidade plural brasileira. Nossa identidade não é uma identidade mestiça, como as pessoas pensam. É uma identidade plural. Claro, um pluralismo que está sendo coletivamente utilizado. Nossa cultura negra, por exemplo, está sendo concebida por todos os brasileiros. Mas o problema é que nossa História foi formada a partir da história dos países ocidentais, até dos países asiáticos. Deixaram de lado a História da África. Ou seja, o Brasil deixou de lado uma de suas raízes culturais. É como se a História da África não tivesse nenhuma importância. Como se o africano não tivesse contribuído com nada. Quando se fala de São Paulo, por exemplo, surgem os japoneses e os italianos. Parece que os negros não fizeram nada neste país para receber uma certa consideração. Isto é uma injustiça histórica, uma forma de racismo, que nós precisamos deixar de lado. E, para isto, só há um caminho: reconhecer que somos um país plural, multicultural; e integrar estas matrizes diversas na formação da cidadania e do cidadão brasileiro. Isto é importante tanto para o Brasil, como nação, que reconhece e retoma suas raízes; quanto para os descendentes de africanos, cuja cultura foi colocada no último plano da cidadania brasileira. Isto prejudicou a formação de sua própria imagem, sua auto-estima, que é muito baixa. É por isto que eu vejo de forma problemática esta defesa da mestiçagem, porque ela veio de onde, do vazio? Digamos que o Brasil seja um país mestiço. O que precisamos reconhecer então são as raízes culturais que deram origem a esta mestiçagem. E isto pressupõe uma perspectiva plural e democrática.

SANKOFA: O Sr. acha que um foco muito restrito da história da escravidão tende a prejudicar a construção de uma imagem positiva do negro na história do Brasil?

MUNANGA: Eu creio que prejudica. É complicado porque trabalhar a questão da escravidão é uma questão afetiva também. É uma questão que os próprios africanos não gostam de reconhecer, por exemplo, que alguns príncipes africanos entraram no tráfico. Mas é algo errôneo acharmos que os europeus chegaram em uma África selvagem. Que os africanos trocavam seus filhos pelo tabaco da Bahia e outras coisas mais. Isto é naturalizar uma injustiça. A escravidão é um ato de violência, armado. As pessoas foram seqüestradas. Levadas para algum lugar que não sabiam onde, nem o porquê. Então nós não podemos continuar com esta

visão do tráfico transatlântico apenas do ponto de vista do colonizador. Precisamos de outras fontes, outras vozes, justamente para mostrar que o próprio conceito de escravidão ensinado hoje não tem nada a ver com a prática africana, tradicional. A escravidão faz parte da história da humanidade. Na Antigüidade, os gregos e os romanos escravizaram. Os árabes escravizaram tanto brancos, quanto negros. É uma maneira de enfraquecer a África mostrar um quadro tendencioso, como se apenas lá houvesse escravos. Isto não é verdade, mas está sendo passado na formação dos jovens. Então temos que mudar esta visão da escravidão.

SANKOFA: Para terminar professor, em relação à educação e à imagem da África e dos afro-descendentes. Nós sabemos que a educação é um caminho importante na desconstrução do racismo. O Sr. e o Centro de Estudos Africanos (CEA) têm uma discussão importante com os professores que trabalham com a temática afro-brasileira nas escolas. O Sr. acredita que isto tem tido uma boa aceitação nas escolas? Vocês acreditam que este saber está sendo de fato implementado no ensino?

MUNANGA: Isto me leva a falar da lei 10.639, que já foi mudada para a lei 11.645, que inclui as comunidades indígenas ao lado das populações africanas. Esta lei foi uma excelente idéia. Porque se deixasse simplesmente na boa vontade das pessoas jamais a história do negro e da África seria incluída na grade curricular do país. Precisava-se, para isto, da lei. Mas para esta lei tornar-se efetiva precisa-se ainda de alguns preliminares a serem realizadas. Uma deles é deixar de escrever a história do negro e da África desde um ponto de vista colonial, que é preconceituoso, etnocêntrico, etc. Por isto é preciso editar novos livros com conteúdos diferentes, divorciados desta visão. Já existem alguns livros de história geral da África, livros de alguns historiadores, como os de João José Reis e outros, mas são livros, em sua maioria, de conteúdo acadêmico. São livros de debate entre intelectuais. Não são livros que você pode usar como material didático, para trabalhar junto com os professores do ensino fundamental e básico. Então é preciso editar livros com conteúdos que são mais consensuais, para destruir a imagem negativa que se tem da África. Isto é o primeiro passo, que vem sendo feito agora. O segundo é delimitar também o conteúdo do que vai ser ensinado. A África é um continente enorme, com 57 países e centenas de culturas e civilizações. Que história da África nos vamos ensinar? A história de um país? História colonial? História pós-independente? Isto tem que ser definido em seus conteúdos mínimos. Começar, por exemplo, pela geografia da África, que os brasileiros em geral não conhecem. O terceiro ponto necessário é formar as pessoas que possam dar este conteúdo, o que não ocorre de uma hora para outra. Então aí temos três coisas: a)

produzir novos livros; b) definir o conteúdo da África e do Brasil negro a ensinar; c) formar as pessoas. Com estas três coisas, o projeto pode entrar em andamento.

Fora disto também temos a resistência ao ensino da temática. Certas escolas, através de seus educadores e diretores, dizem que não se deve ensinar, nem discutir o assunto. Falam que aqui não tem negro, não tem branco, todo mundo é mestiço, etc. Nós precisamos vencer esta resistência. Não basta fazer a lei. Tem que sancionar. Tem que avaliar o uso e, se necessário, punir. Qual o problema que a lei não vem sendo colocada na prática? Falta verba para formação de professores? Material? É isto que está faltando. Se não se fizer isto, está vai ser uma lei morta. Claro, alguns municípios têm alguma coisa em andamento, mas em outros há uma resistência total. Isto precisa ser revertido.

SANKOFA: Uma última questão professor. O sr. nos fala acertadamente de uma necessária delimitação do conteúdo de África a ser ensinado. Mas em relação à importância da África como lugar de conhecimento e história universal, o Sr. acredita que será possível ver a África, um dia, em sua real importância histórica para o Homem?

MUNANGA: Eu acho que é um processo. Estamos começando. Isto não é algo para hoje, mas é um processo que deve existir com vontade política.

Veja, eu me formei na África, nas universidades coloniais. Comecei nas ciências sociais e me especializei na antropologia. A história da África era ainda ensinada do ponto de vista da historiografia colonial. Depois da Independência, muitos países africanos começaram a mudar esta visão. Começaram a mostrar, por exemplo, que a África era o berço da humanidade; que de lá surgiram grandes civilizações da história da humanidade, como os egípcios, cuxitas, auximitas, meroíticos, etc. E que estas civilizações foram construídas pelo ser negro, pelo sujeito negro. Isto é admitido hoje, mesmo entre os historiadores europeus. Aliás, quando eu vejo a história da África dos europeus ela me parece mais avançada do que a dos brasileiros, de um modo geral. Há muito que fazer e é necessário que continuemos avançando.

Mas veja, eu estou aqui no Brasil há mais de trinta anos. Não sei mais detalhadamente como anda o ensino de História nas universidades africanas. Eu creio, entretanto, que não estão mais estudando a História de um ponto de vista colonial. Faço um comparativo, por exemplo, com esta universidade (USP). Quando cheguei aqui, em 1975, se havia uma palestra sobre a questão do negro não havia a participação do negro. Lembro de uma Semana do Negro que aqui ocorreu em 1976. O que havia? Meia dúzia de professores da casa, alguns estudantes brancos, dois pesquisadores negros: Clóvis Moura e Eduardo de Oliveira e Oliveira. Só o

Hamilton Cardoso, que era um jovem inteligente e talentoso do movimento negro da época, infelizmente já morto, se pronunciava abertamente na platéia na defesa no negro. Hoje, qualquer debate que há aqui sobre a questão o negro está repleto de jovens intelectuais negros. Alguns corrigem mesmo o que os especialistas da área dizem sobre o assunto. Isto é um processo, para mim, sem retorno. Daqui a alguns anos, se as políticas de ação afirmativa derem certo, teremos uma massa crítica muito importante, que vai trabalhar tanto a questão da África, quanto a questão do negro, de modo diferente. Hoje, por exemplo, os temas sobre o assunto já são muito mais variados. Antigamente, se parava na escravidão e no tráfico. Hoje já tem dissertação de mestrado sobre intelectuais negros, sobre movimento negro contemporâneo, biografias, sobre a cultura negra, sobre a educação do negro, na psicologia, no direito, na antropologia, etc. Os próprios intelectuais negros estão alargando os horizontes de investigação e visão sobre o negro. Por esta e outras razões eu creio que este é um processo irreversível.

SANKOFA: Muito obrigado, professor Kabengele.